



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE TRÊS PASSOS EM 19.05.2015

Aos 19 dias do mês de maio de 2015, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Três Passos a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0002177-76.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular Ivanildo Vian, pelo Diretor de Secretaria Irio Moresco e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 28.04.1993

**Data da última correição realizada:** 15.07.2014

**Data de Instalação do PJe:** 10.04.2015

**Jurisdição:** Barra da Guarita, Boa Vista do Buricá, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Chiapetta, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Esperança do Sul, Humaitá, Inhacorá, Miraguaí, Nova Candelária, Redentora, Santo Augusto, Sede Nova, São Martinho, São Valério do Sul, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.

**1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 19.05.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Três Passos pertence à 69ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 02 vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juízes Substitutos **Fernando Reichenbach** e **Felipe Jakobson Lerrer**.



## 2.1.2 Juiz Atual

Juiz	Situação	Período
<b>Ivanildo Vian*</b> (Em férias)	<b>Juiz Titular</b>	Desde 13.08.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.04.2015)

\*O magistrado tem férias marcadas para o período de 04 a 30.05.2015.

## 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
*	<b>Ivanildo Vian</b>	<b>Juiz Titular desde 13.08.2012</b>		
2	<b>Giani Gabriel Cardozo</b>	<b>07 a 31.01.2014</b> <b>03 a 05.02.2014</b>	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	28 dias
3	<b>Bárbara Fagundes</b>	<b>19 a 28.05.2014</b> 16 a 19.10.2014 07.01 a 05.02.2015		43 dias
4	<b>Rachel Albuquerque de Medeiros Mello</b>	<b>26.06 a 03.07.2014</b> <b>05 a 15.07.2014</b> 20.10 a 16.11.2014		46 dias
5	<b>Mateus Crocoli Lionzo</b>	<b>07.11.2014</b>	Atuação em pauta em razão de impedimento do Juiz Titular	1 dia

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.04.2015)

## 2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correcionado

	Juiz	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	<b>Ivanildo Vian</b>	Férias	07 a 31.01.2014 03 a 05.02.2014 19 a 28.05.2014 26.06 a 03.07.2014 05 a 15.07.2014 16.10 a 16.11.2014 07.01 a 05.02.2015 04 a 19.05.2015*	<b>135 dias</b>

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.04.2015)

\* O período de férias do magistrado estende-se até 30.05.2015, porém os dias após a data da visita correcional não são computados para a finalidade deste relatório.



## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Irio Moresco	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	28.04.1993
2	Uchoa Ferrarese de Lima	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	30.11.2012
3	Roselei Hermes	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	05.10.1993
4	Francisco Dion Cleberson Alexandre	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	11.06.2007
5	Jaime Schwaab	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>01.02.1994</b>
6	Elton César Braun**	Analista Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>05.04.2010</b>
7	Iara Kunde Dickel	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	<b>28.04.2014</b>
8	Marelise Ribeiro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>26.04.1994</b>
*	Carlos Alberto Pinheiro Correa	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>14.10.2002</b>
*	André Renato Tomm	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>20.08.2012</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.04.2015, atualizada em 07.05.2015)

\* Servidor que ocupa cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

\*\* Servidor registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 23.01.2006 a 09.03.2010.



## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
823 processos	751 a 1.000	<b>8 servidores</b>	9 a 10 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Três Passos está **abaixo** do parâmetro previsto na referida norma.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>André Renato Tomm</b>	Curso ou Evento	2	<b>7</b>
	Licença-Paternidade	5	
<b>Carlos Alberto Pinheiro Correa</b>	Curso ou Evento	2	<b>2</b>
<b>Elton César Braun</b>	Curso ou Evento	2	<b>2</b>
<b>Francisco Dion Cleberson Alexandre</b>	Curso ou Evento	2	<b>10</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	8	
<b>Iara Kunde Dickel*</b> (desde 28.04.2014)	Curso ou Evento	2	<b>7</b>
	Doença em Pessoa da Família	5	
<b>Irio Moresco</b>	Curso ou Evento	5	<b>16</b>
	Falecimento de Pessoa da Família	8	
	Doença em Pessoa da Família	3	
<b>Jaime Schwaab</b>	Curso ou Evento	2	<b>3</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Marelise Ribeiro</b>	Curso ou Evento	1	<b>1</b>
<b>Roselei Hermes</b>	Curso ou Evento	9	<b>10</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Uchoa Ferrarese de Lima</b>	Curso ou Evento	3	<b>3</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.04.2015)



\* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Luiz Fernando Ponde	03.04.2013	<b>19.01.2014</b>	9 meses e 17 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Taquara
2	Lisete Maria Kist Wirth	31.03.2014	<b>08.12.2014</b>	8 meses e 8 dias	Lotação na CCDF de Caxias do Sul – Coordenadora (CJ01)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.04.2015)

## 2.2.5 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	<b>Radames Felipe Sossmeier</b>	Superior em Direito	<b>02.03.2015 a 01.09.2015</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.04.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação do Juiz Titular e dos Juízes Substitutos Zoneados durante o Período Correccionado

	Juiz	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	<b>Ivanildo Vian</b>	-	-	40,5	<b>40,5</b>
Substitutos zoneados	<b>Fernando Reichenbach</b>	-	-	15	<b>15</b>
	<b>Felipe Jakobson Lerrer</b>	-	-	135	<b>135</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.04.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).



### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>André Renato Tomm</b>	-	5	162	<b>167</b>
<b>Carlos Alberto Pinheiro Correa</b>	-	5	390	<b>395</b>
<b>Elton César Braun</b>	-	20	129	<b>149</b>
<b>Francisco Dion Cleberson Alexandre</b>	-	28	41,5	<b>69,5</b>
<b>Iara Kunde Dickel</b>	-	20	187	<b>207</b>
<b>Irio Moresco*</b>	20	60	40,8	<b>120,8</b>
<b>Jaime Schwaab</b>	-	20	57	<b>77</b>
<b>Marelise Ribeiro</b>	-	20	96	<b>116</b>
<b>Roselei Hermes</b>	-	20	109	<b>129</b>
<b>Uchoa Ferrarese de Lima</b>	-	16	32	<b>48</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 27.04.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestor da Unidade Judiciária.

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

### 3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	1.157	1.203	3,98%	1.257	4,49%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	88	96	9,09%	91	-5,21%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	576	653	13,37%	674	3,22%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	48	44	-8,33%	56	27,27%
<b>Total</b>	<b>1.869</b>	<b>1.996</b>	<b>6,80%</b>	<b>2.078</b>	<b>4,11%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

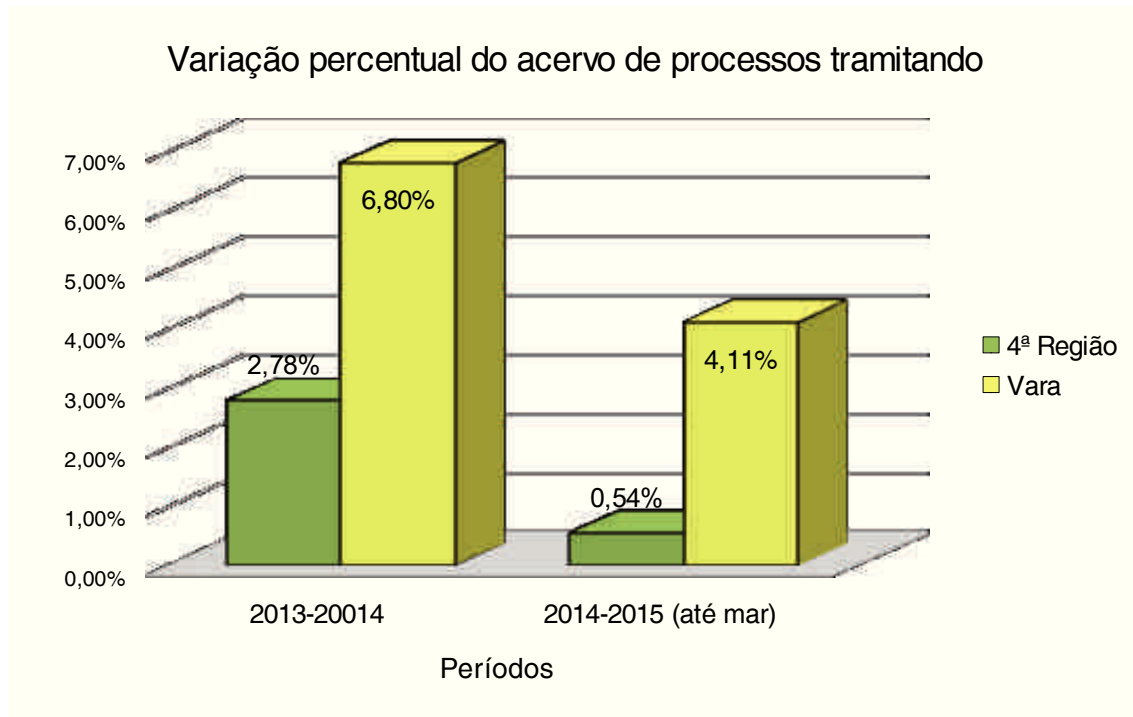


PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve uma elevação de 6,80% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. A execução foi a fase que apresentou maior aumento no estoque (acréscimo de 77 processos, o que corresponde a uma elevação de 13,37%); por sua vez, o acervo de cartas precatórias e/ou de ordem pendentes de devolução foi o único que registrou queda (4 processos, o que importa em um decréscimo de 8,33%) no período sob análise.

O acréscimo no estoque de processos da Vara do Trabalho de Três Passos em 2014 foi superior à média apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação.







## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos Pendentes de Solução

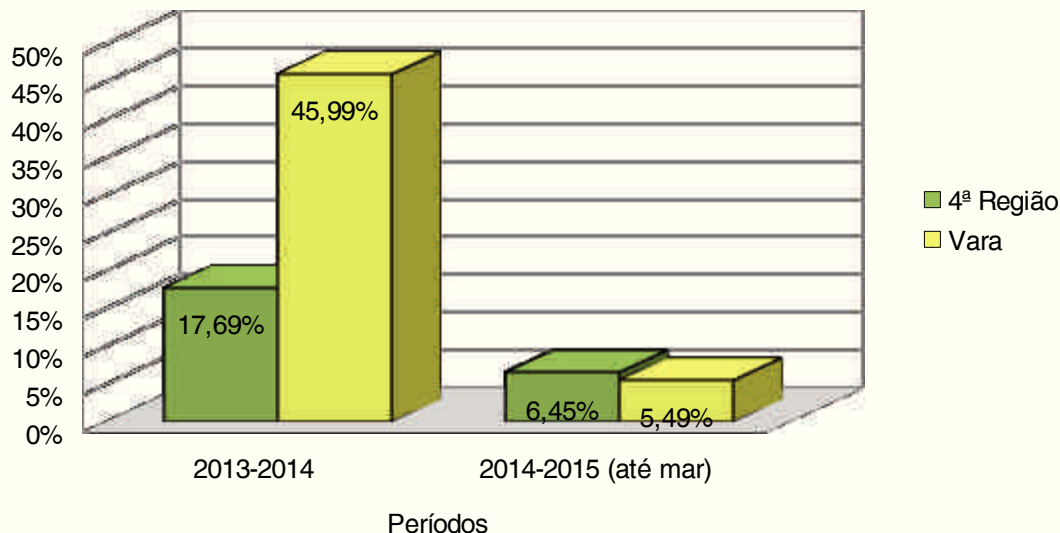
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Casos novos</b>	685	732	6,86%	165	-77,46%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	3	3	0,00%	2	-33,33%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	641	619	-3,43%	143	-76,90%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>237</b>	<b>346</b>	<b>45,99%</b>	<b>365</b>	<b>5,49%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 45,99% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 237 para 346 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 6,86% na média mensal de casos novos (a qual passou de 57,33 processos, em 2013, para 61,25 processos, em 2014), combinada com uma queda de 3,43% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Variação percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento







Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (61,56%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar a existência de 03 processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido em 31.03.2015 - ao passo que inexistiam feitos em tal situação em 31.12.2014. Especificações no quadro abaixo:

<b>Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento</b>					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	29	60	106,90%	87	45,00%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	160	213	33,13%	219	2,82%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	48	73	52,08%	56	-23,29%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	0	0	-	3	-
<b>TOTAL</b>	<b>237</b>	<b>346</b>	<b>45,99%</b>	<b>365</b>	<b>5,49%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

### 3.2.2 Taxa de Congestionamento\*

<b>Taxa de congestionamento – fase de conhecimento</b>					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Três Passos – 1ª Vara</b>	27,32%	36,32%	32,91%	72,12%	98,60%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	40,94%	44,33%	8,28%	78,33%	76,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 36,32% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 32,91% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, em contrapartida, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 8,01 pontos percentuais.



### 3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 31.03)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	348	54,29	313	50,57	49	34,27
	Julgado procedente	8	1,25	8	1,29	0	0,00
	Julgado procedente em parte	183	28,55	183	29,56	74	51,75
	Julgado improcedente	40	6,24	49	7,92	7	4,90
	Extinto	2	0,31	3	0,48	1	0,70
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	6	0,94	6	0,97	2	1,40
	Arquivamento (art. 844 CLT)	29	4,52	15	2,42	4	2,80
	Desistência	10	1,56	11	1,78	4	2,80
	Outras decisões	15	2,34	31	5,01	2	1,40
<b>TOTAL</b>		<b>641</b>	<b>100</b>	<b>619</b>	<b>100</b>	<b>143</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

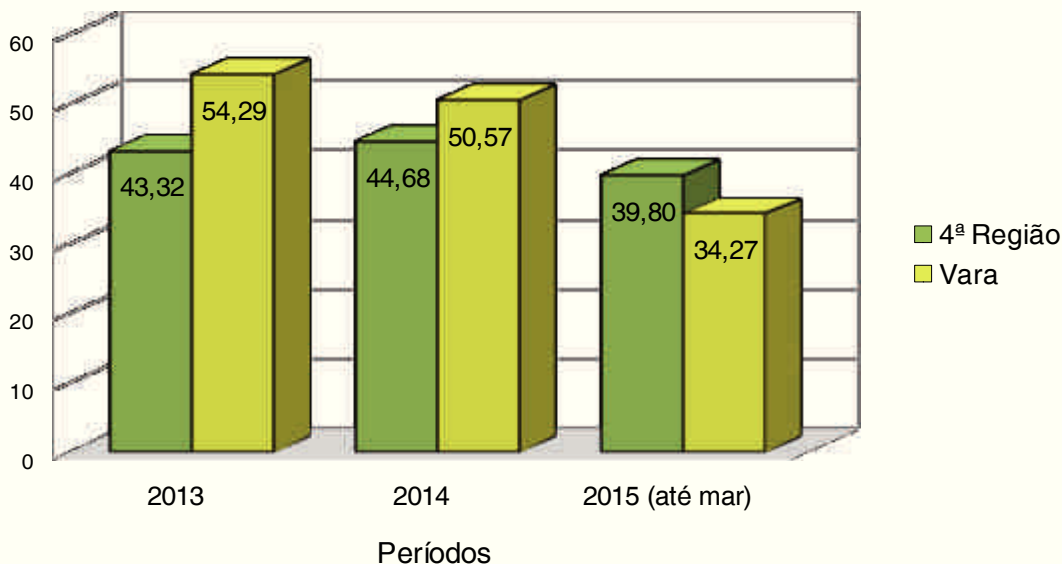
Verificou-se uma redução de 22 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 3,43%. Essa queda foi ainda maior do que a tendência apresentada na 4ª Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Dentre os tipos de solução, em contrapartida, constatou-se uma elevação no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 233 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 243 decisões, representando um acréscimo de 4,29%. O desempenho da Unidade nesse quesito se mostra acima da média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, por fim, uma redução no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 348, representando 54,29% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 313, correspondendo a 50,57% - ainda assim, tal índice é superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%.



Percentual de conciliações nos processos solucionados



### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Iniciadas</b>	162	203	25,31%	31	-84,73%
<b>Encerradas</b>	115	183	59,13%	35	-80,87%
<b>Pendentes</b>	76	91	19,74%	86	-5,49%
<b>Arquivo Provisório</b>	2	2	0,00%	2	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 76, em 2013, para 91, em 2014, importando em uma elevação de 19,74%. Esse percentual é superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Um dos principais motivos dessa elevação – a despeito de ter havido um aumento de 59,13% no número de liquidações encerradas em relação ao ano anterior – foi o aumento de 25,31% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos. Constata-se, nessa senda, que o número de liquidações iniciadas em 2014 supera em 10,93% o número de liquidações encerradas no referido ano.



### 3.3.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Três Passos – 1ª Vara</b>	43,07%	34,41%	-20,11%	71,31%	107,25%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	42,12%	44,16%	4,83%	74,05%	67,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Vara do Trabalho de Três Passos foi de 34,41% no ano de 2014, constatando-se uma queda de 20,11% em relação ao índice do ano anterior. Por sua vez, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 7,75 pontos percentuais inferior ao congestionamento médio do TRT4.

### 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	183	271	48,09%	49	-81,92%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	111	23	-79,28%	2	-91,30%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	276	174	-36,96%	30	-82,76%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	64	59	-7,81%	13	-77,97%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	7	9	28,57%	7	-22,22%
	<b>Demais</b>	264	323	22,35%	332	2,79%
	<b>Total</b>	<b>271</b>	<b>332</b>	<b>22,51%</b>	<b>339</b>	<b>2,11%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		590	610	3,39%	622	1,97%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Três Passos subiu de 271 para 332 processos, o que corresponde a uma elevação de 22,51% em relação ao ano anterior. Esse índice vai de encontro à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa elevação foi o aumento de 48,09% no número de execuções iniciadas na Unidade em relação ao ano anterior, combinada com uma queda de 36,96% no número de liquidações encerradas na comparação entre esses dois períodos.



### 3.4.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Três Passos – 1ª Vara</b>	44,35%	67,90%	53,08%	92,13%	35,69%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	69,60%	70,81%	1,74%	91,27%	28,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 67,90% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 53,08% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, em contrapartida, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 2,91 pontos percentuais.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Três Passos – 1ª Vara</b>	77,04%	84,63%	9,85%	96,97%	14,59%
<b>Média no TRT4 1ª Instância</b>	84,51%	84,91%	0,47%	95,22%	12,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da Vara do Trabalho de Três Passos na fase de execução, a qual passa a corresponder a 84,63% - 9,85% superior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 0,28 ponto percentual menor, o que denota uma efetividade na execução similar à média regional.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	47	84	78,72%	12	-85,71%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	82	30	-63,41%	5	-83,33%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	656	703	7,16%	709	0,85%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de



execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Três Passos, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.03.2015. Dessa consulta, constatou-se **não haver processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuam devedores inscritos no BNDT.

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 31.03)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	37	38	0	68	66	2	10	11	1
<b>Antecipações de tutela</b>	59	54	0	56	55	1	16	16	1
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	7	6	1	19	15	5	4	3	6
<b>Embargos à execução</b>	24	22	7	40	37	10	21	9	22
<b>Embargos à arrematação</b>	1	1	0	0	0	0	1	0	1
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	0	0	0	1	0	1	0	0	1

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 184 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 43,75% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 42,98% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 121 para 173). Verifica-se, por fim, que número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 19 processos, (saldo 11 feitos maior do que em 31.12.2013), sendo que os embargos à execução são a espécie que correspondem à maior parte (52,63%) dos incidentes então pendentes.





Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	0069000-16.1996.5.04.0641
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, em 14.07.2014, de <b>impugnação à sentença de liquidação</b> pelos coexecutados do Grupo CEEE. Em 17.07.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de admitir a impugnação apresentada, por ausência de garantia do Juízo. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
2	0000826-27.2011.5.04.0641
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, em 03.05.2013, de <b>embargos à execução</b> pela parte ré. Em 27.05.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer dos embargos apresentados, porquanto não garantido o Juízo. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 12.05.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

#### **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

##### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Do ajuizamento da ação à prolação da sentença</b>	<b>Sumaríssimo</b>	55,76	52,22	-6,35%	57,61	10,32%
	<b>Ordinário</b>	146,70	156,10	6,41%	203,42	30,31%
	<b>Total</b>	<b>141,25</b>	<b>153,04</b>	<b>8,34%</b>	<b>176,72</b>	<b>15,48%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

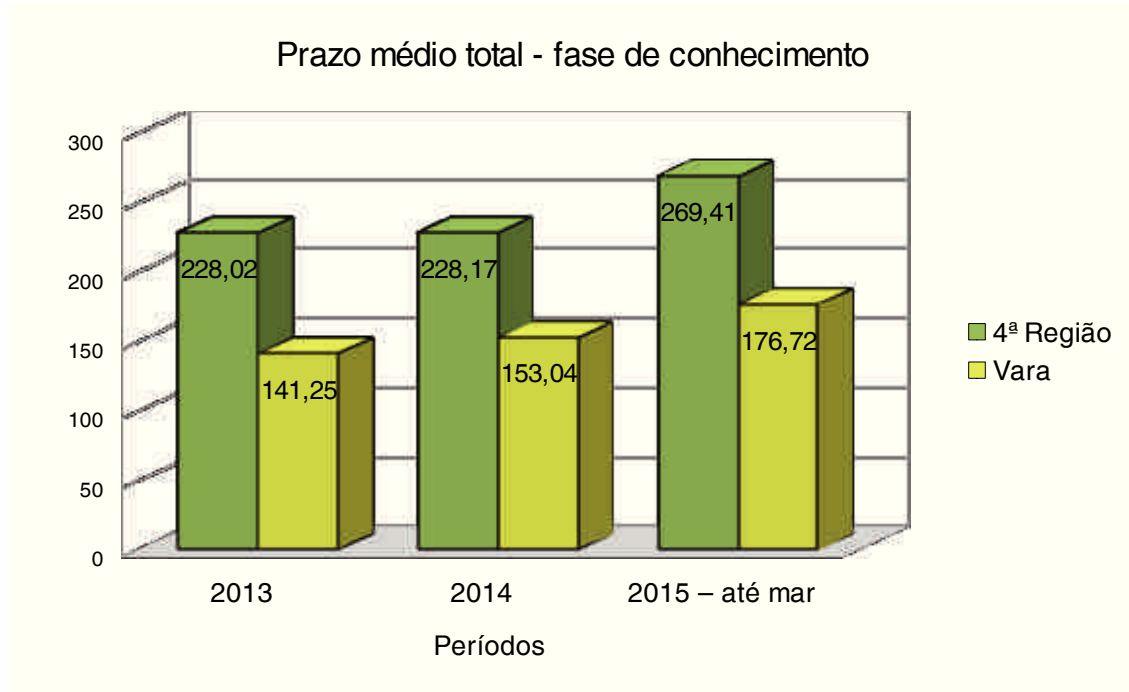
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de Três Passos apresentou uma elevação de 8,34%, passando de 141,25 para 153,04 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 6,35% em relação à média do ano anterior, passando de 55,76 para 52,22 dias; por outro lado, o rito ordinário registrou um prazo médio de 156,10 dias, 6,41% mais moroso na comparação com 2013.

A despeito desse aumento, contudo, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi





32,93% mais célere (75,13 dias) do que a média de todas as Unidades do TRT4. Especificações no gráfico abaixo:



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.03)	Varição 2014-2015
<b>Do início ao encerramento da liquidação</b>	<b>Sumaríssimo</b>	50,92	77,00	51,23%	127,00	64,93%
	<b>Ordinário</b>	135,64	150,89	11,24%	177,06	17,34%
	<b>Total</b>	<b>115,31</b>	<b>148,19</b>	<b>28,51%</b>	<b>175,59</b>	<b>18,49%</b>

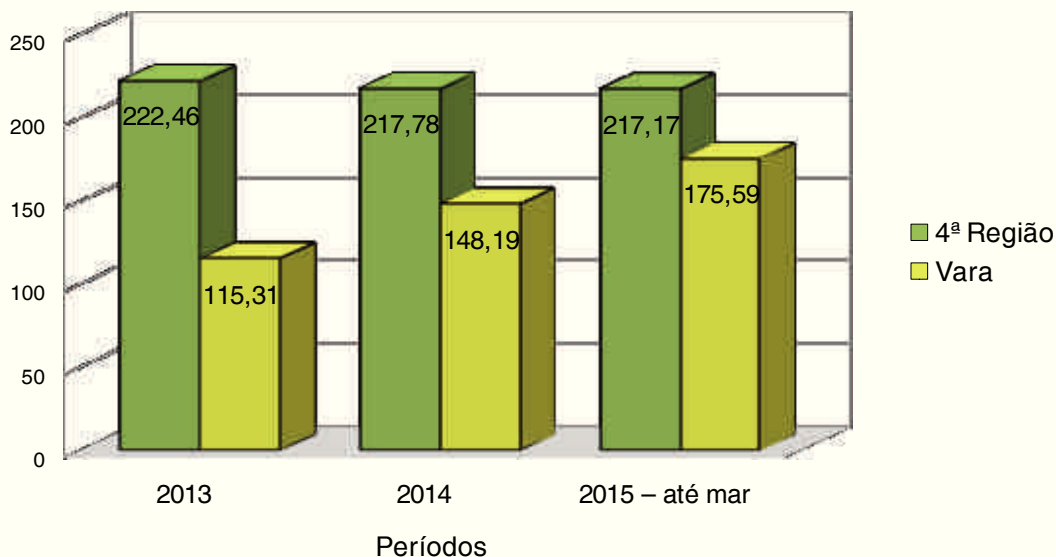
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 77 dias, o que equivale a uma elevação de 51,23% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 150,89 dias, 11,24% mais moroso na comparação com 2013.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 31,96% mais célere (69,59 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014. Especificações no gráfico abaixo:



### Prazo médio total - fase de liquidação



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	425,32	335,73	-21,06%	265,23	-21,00%
	Ente público	392,73	709,24	80,59%	2.513,33	254,37%
	<b>Total</b>	<b>423,16</b>	<b>396,07</b>	<b>-6,40%</b>	<b>746,97</b>	<b>88,59%</b>

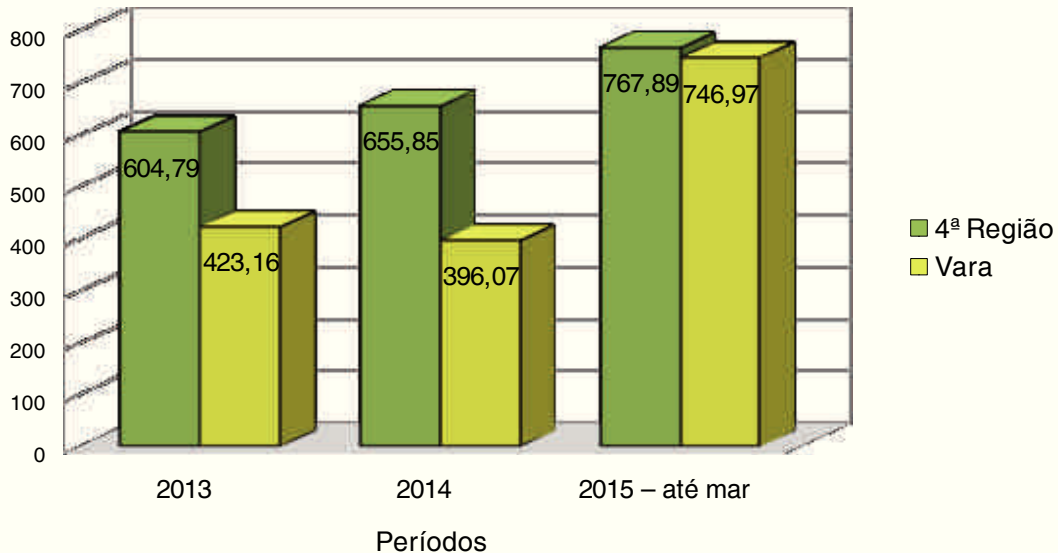
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 335,73 dias, o qual foi 21,06% menor do que o prazo do ano anterior. Por outro lado, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 709,24 dias, 80,59% mais moroso do que a média do ano anterior.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 39,61% mais célere (259,78 dias) do que a média regional.



### Prazo médio total - fase de execução



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta cumprida

**5.1.2 Meta 2 – 2010:** “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta cumprida



**5.1.3 Meta 2 – 2012:** “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
347	347	100,00%	Meta cumprida

**5.1.4 Meta 2 – 2013:** “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
697	697	100,00%	Meta cumprida

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
732	619	84,56%	Meta não cumprida

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.”

Questionário para cálculo da Meta				
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor 2011	Valor 2012
P2.1	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA</b> , <b>excluídos os suspensos até 31/12/2013.</b>	Única	4	188
P2.4	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados até 31/12/2013</b> que <b>entraram</b> na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0	3
P2.7	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados até 31/12/2013</b> que <b>sairam</b> da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0	1



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

P2.10	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados até 31/12/2013</b> que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2014.	Mensal	0	10
P2.13	Número total de processos informados em <b>P2.1</b> que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2013	Única	4	178

\*Percentual de cumprimento da meta=  $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/K$ , onde K=9 no período de referência até 31.12.2011 e K=8 no período de referência até 31.12.2012

META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado
<b>111,11%</b>	<b>Meta cumprida*</b>
META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado
<b>123,68%</b>	<b>Meta cumprida*</b>

\*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	932
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	108
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	158
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de	Única	170



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013		
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	237
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	239
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	161
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

\* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$   
**Percentual de redução - Execução Fiscal** =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
-4,42%	Meta não cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
0,00%	Meta não cumprida

**5.2.4 Meta 6:** "Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau".

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta cumprida



### 5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.03.2015	Solucionados até 31.03.2015	%	Resultado parcial (até março)
165	143	86,67%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

**5.3.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor (até 31.03)
P2.1	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA</b> , excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014.	Única	233
P2.4	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados até 31/12/2014</b> que <b>entraram</b> na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	2
P2.7	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados até 31/12/2014</b> que <b>sairam</b> da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	1
P2.10	Número total de processos de conhecimento <b>não criminais</b> distribuídos na instância no <b>PERÍODO DE REFERÊNCIA*</b> e <b>não julgados até 31/12/2014</b> que, no mês de referência, foram nela <b>julgados</b> pela primeira ou única vez no ano de 2015.	Mensal	3
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014	Única	224

\*Percentual de cumprimento da meta=  $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/9$

META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado parcial (até março)
107,79%	Meta já cumprida*

\*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%





**5.3.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.03)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.03)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até março)
49	27	55,10%	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até março)
0 processos	<b>Meta já cumprida</b>

**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (31.03.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até março)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	<b>Período de apuração</b>
2º Estado do Rio Grande do Sul	20	21	19	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	3	2	2	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	4	8	3	
5º União	3	3	2	
6º OI S.A.	0	0	0	



7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	11	1	10	<b>insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	1	1	0	
9º	Banco do Brasil S.A.	15	6	14	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

### 5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.03)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até março)
228,17	153,04	176,72	<b>151,51</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.03)	Meta para 2015	Resultado parcial (até março)
<b>Total de acordos</b>	348	313	330,50	49	<b>334</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	29,00	26,08	27,54	16,33	<b>27,83</b>	



## **6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES**

### **6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA**

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças e quartas-feiras pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	18 (I)	3 (I) 4 (P)	-	-
<b>Tarde</b>	-	2 (U) 4 (P)	5 (P)	-	-

Obs.: Eventualmente, realizam-se pautas adicionais com o objetivo de ajustar a distância entre o ajuizamento e a audiência inicial e entre esta e a audiência de prosseguimento.  
(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 19.05.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

### **6.2 PAUTAS LIVRES**

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
<b>Inicial</b>	09.06.2015	10.06.2015
<b>Una Sumaríssimo</b>	09.06.2015	09.06.2015
<b>Instrução</b>	05.08.2015	19.08.2015
<b>Tentativa de acordo em execução</b>	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 19.05.2015)

### **6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS**

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
<b>Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência</b>	<b>Sumaríssimo</b>	33,95	25,35	-25,33%	44,00	73,56%
	<b>Ordinário</b>	40,90	40,48	-1,03%	50,70	25,25%
	<b>Total</b>	<b>40,50</b>	<b>40,01</b>	<b>-1,20%</b>	<b>49,54</b>	<b>23,81%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)



As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio reduzido de 33,95 dias, em 2013, para 25,35 dias, em 2014 (queda de 25,33%). Por sua vez, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário manteve-se praticamente estável, passando de 40,90 dias, em 2013, para 40,48 dias, em 2014 (redução de 1,03%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

#### 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Ivanildo Vian	651	366	20	10	1.047
Mateus Crocoli Lionzo	4	2	0	0	6
<b>TOTAL</b>	<b>655</b>	<b>368</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>1.053</b>
2015 (até 31.03)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Ivanildo Vian	126	55	24	0	205
<b>TOTAL</b>	<b>126</b>	<b>55</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>205</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.05.2015)

#### 6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.



## 6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
<b>Bárbara Fagundes</b>	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<b>Evandro Luís Urnau</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Giani Gabriel Cardozo</b>	1	0	0	1	2	<b>3</b>
<b>Ivanildo Vian</b>	309	239	3	551	55	<b>606</b>
<b>Mateus Crocoli Lionzo</b>	1	0	0	1	0	<b>1</b>
<b>Rachel Albuquerque de Medeiros Mello</b>	2	0	0	2	5	<b>7</b>
<b>TOTAL</b>	<b>313</b>	<b>240</b>	<b>3</b>	<b>556</b>	<b>63</b>	<b>619</b>
2015 (até 31.03)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
<b>Bárbara Fagundes</b>	4	0	0	4	2	<b>6</b>
<b>Ivanildo Vian</b>	45	81	1	127	10	<b>137</b>
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>	<b>81</b>	<b>1</b>	<b>131</b>	<b>12</b>	<b>143</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 08.05.2015)

## 6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular <b>Ivanildo Vian</b>		
Processos de Cognição		
0000239-45.2014.5.04.0141 (Mais antigo. Concluído em 04.03.2015: 2 meses e 16 dias)	0000600-17.2014.5.04.0641	0000601-02.2014.5.04.0641
0000749-13.2014.5.04.0641	0000781-41.2014.5.04.0601	0000774-26.2014.5.04.0641
0000569-94.2014.5.04.0641	0000857-42.2014.5.04.0641	-
<b>Total: 08 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

### 7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Tarefa executada em 24h.

### 7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Tarefa executada em 48h.



### 7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada em 24h.

### 7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Tarefa executada em 24h.

### 7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Tarefa executada em 48h.

### 7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava em 14.05.2015.

### 7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada uma vez por semana.

### 7.8 CONVÊNIOS

A Unidade utiliza os convênios regularmente.

### 7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Não havia pendências na data da visita correcional.

### 7.10 EXAME DOS LIVROS

#### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000267-02.2013.5.04.0641*	06.04.2015	29 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.05.2015)

\* Expedida notificação para devolução dos autos.

#### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000587-18.2014.5.04.0641	23.04.2015	12 dias
2	0001289-32.2012.5.04.0641	24.04.2015	11 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.05.2015)



### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	641-00140/15	0000514-80.2013.5.04.0641	09.04.2015	26 dias
2	641-00150/15	0000013-58.2015.5.04.0641	22.04.2015	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 04.05.2015)

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 05.05.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **693 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000072-46.2015.5.04.0641
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> ata de audiência da fl. 19 sem assinatura da Secretária de audiências. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
2	0000284-04.2014.5.04.0641
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> o verso das fls. 15 a 19 e o verso da fl. 122 não estão em branco como noticia a certidão da fl. 145. <b>Movimentação processual:</b> certificação de decurso de prazo da notificação da fl. 161 em 18 dias.	
3	0000064-74.2012.5.04.0641
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> petição das fls. 637-638 apreciada em 12 dias (decisão da fl. 642); despacho da fl. 646 pendente de cumprimento.	
4	0000638-97.2012.5.04.0641
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> termo de juntada no verso da fl. 240 com espaços em branco. <b>Movimentação processual:</b> certificação de decurso de prazo da notificação da fl. 246 efetuada 14 dias após o vencimento do prazo (fl. 250); a manifestação das fls. 290-290/verso não foi apreciada até o envio dos autos à Corregedoria, em 28.4.2015.	
5	0000152-78.2013.5.04.0641
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> certificação de decurso de prazo da notificação da fl. 164 efetuada 12 dias após o vencimento do prazo (fl. 169); despacho da fl. 190 não foi cumprido até a remessa dos autos à Corregedoria.	





6	0000767-34.2014.5.04.0641
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> não foi observada a ordem correta de juntada da credencial apresentada em audiência (ata da fl. 30, procuração fl. 34), como estabelece o art. 67 da CPC/R; o verso da fl. 35 não está em branco como notícia a certidão da fl. 142; na fl. 146 não foi lançada a data de devolução dos autos pelo perito, nem assinatura e identificação do servidor responsável. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
7	0000033-54.2012.5.04.0641
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> não foi lançado, no sistema informatizado, o andamento relativo à remessa dos autos à Corregedoria. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
8	0000401-92.2014.5.04.0641
<b>Aspectos gerais dos autos:</b> não foi lavrado termo para juntada da devolução postal da fl. 45. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
9	0000425-57.2013.5.04.0641
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> nada a apontar.	
10	0000391-82.2013.5.04.0641
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> na fl. 586 não foi lançada a data de devolução dos autos, nem a assinatura e identificação do servidor responsável. <b>Movimentação processual:</b> até o envio dos autos à Corregedoria, em 28.4.2015, não foi certificado o decurso do prazo da notificação da fl. 618 (vencimento em 16.4.2015, conforme andamentos do Infor), nem foram apreciadas as manifestações das fls. 620-621, 624-631 e 633-634.	

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
<b>Ausência de prazo final do acordo</b>	0000641-86.2011.5.04.0641
	0000884-04.2014.5.04.0551
<b>Expedição de alvará em processo suspenso/sobrestado</b>	0000081-13.2012.5.04.0641
	0000061-22.2012.5.04.0641
	0000158-22.2012.5.04.0641
<b>Cartas Precatórias aguardando devolução</b>	0001086-70.2012.5.04.0641
	0000202-07.2013.5.04.0641
	0000856-91.2013.5.04.0641



<b>Demora no impulso processual/registros desatualizados</b>	0040800-33.1995.5.04.0641
	0000205-59.2013.5.04.0641
	0000001-44.2015.5.04.0641
<b>Execução reunida ou suspensão do processo sem registro no inFOR</b>	0103000-56.2007.5.04.0641
	0000082-66.2010.5.04.0641
	0000796-55.2012.5.04.0641
<b>Petição aguardando apreciação pelo Juízo</b>	0000056-97.2012.5.04.0641
	0000060-37.2012.5.04.0641
	0000597-33.2012.5.04.0641

No exame dessa listagem, verificou-se elevada quantidade de processos suspensos/sobrestados em que foram expedidos alvarás. Conforme observado, todos os processos tramitam em desfavor da mesma parte, integrante exclusiva do polo passivo. Também não há registro de eventual reunião em execução.

### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.



## **9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe**

O PJE foi implantado na Unidade Judiciária em 10.04.2015. Para efeito correcional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 12.05.2015 e 15.05.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Assistente de Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

<b>Agrupador</b>	<b>Subpastas</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Data</b>
Processos c/petições avulsas	-	-	-	19.05.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	-	-	19.05.2015
C/petições não apreciadas	-	-	-	19.05.2015
C/habilitações não lidas	-	-	-	19.05.2015
Mandados devolvidos OJ	-	-	-	19.05.2015
<b>Pasta</b>	<b>Subpastas</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Data</b>
Aguardando cumprimento prov	-	01	20049.24.2015	18.05.2015
Aguardando cumprimento exec.	-	-	-	19.05.2015
Aguardando cumprimento liq.	-	-	-	19.05.2015
Aguardando término dos prazos	-	04	20042.32.2015	13.05.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	19.05.2015
Controle manual prazo pós sent.	-	-	-	19.05.2015
Prazos vencidos	-	-	-	19.05.2015
Triagem inicial	-	05	20054.46.2015	15.05.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Há poucos processos tramitando no meio eletrônico. De qualquer modo, a Unidade foi orientada a observar o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria quanto à designação de audiências iniciais (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

A Assistente de Diretora de Secretaria foi aconselhada a manter o gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual, bem como observar e orientar os servidores para que sejam lançados andamentos corretos a fim de evitar pendências e inconsistências futuras.



## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

A leitura e exame dos dados estatísticos que foram extraídos do sistema *e-Gestão* para o relatório correccional revelam o excelente desempenho da Vara do Trabalho de Três Passos. Apesar do aumento da movimentação processual na unidade, especialmente nas fases de conhecimento e de execução, o número de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido, no final de 2014, era inexistente, nos três primeiros meses de 2015, foi ínfimo. O estoque de processos em todas as fases, de qualquer forma, é enxuto e compatível com movimentação da Vara. Não foram constatados equívocos na inclusão de devedores no BNDT nas execuções já definitivamente encerradas e os prazos médios de tramitação em todas as fases processuais está sensivelmente abaixo da média regional, com ênfase para a fase de liquidação que, em 2014, foi 259,78 (duzentos e cinquenta e nove vírgula setenta e oito) dias mais célere do que a média das demais unidades no Estado. O exame dos processos físicos, seguindo a mesma tendência, não revelou lapsos relevantes em relação aos andamentos dos processos. Todos os aspectos apresentados confirmam a qualidade e comprometimento da equipe de servidores da unidade, sendo pertinente destacar a forma de gestão do Diretor de Secretaria Írio Moresco, que proporciona ambiente no qual os servidores sentem-se integrados, motivados e comprometidos com os resultados a serem obtidos.

Ao final, a Corregedora possibilitou a todos os servidores que se manifestassem, não tendo, contudo, havido manifestação e, em seguida, parabenizou a todos na Unidade pelo excelente andamento dos serviços e comprometimento.

O Juiz Titular Ivanildo Vian elogiou expressamente todos os servidores que integram a Vara e mencionou o espírito de equipe presente no bom funcionamento da unidade. O Magistrado, por sua vez, também destaca-se pela boa produtividade, tendo sido encontrada quantidade inexpressiva de processos conclusos para sentença em excesso ao prazo legal.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no



mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

### **ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 - 2015)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

## **13 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 17.07.2014, relativos à conclusão para julgamento da impugnação à sentença de liquidação apresentada pelos coexecutados do Grupo CEEE, bem como da decisão que extinguiu o referido incidente sem resolução do mérito, no processo nº 0069000-16.1996.5.04.0641;
- b) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 27.05.2013, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pela parte ré, bem como da decisão que extinguiu o referido incidente sem resolução do mérito, no processo nº 0000826-27.2011.5.04.0641.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### **ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO**

Determina-se que o Juiz **Ivanildo Vian** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, observada a ordem cronológica de conclusão.



### **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 - ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### **ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional, em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

### **ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) observe a correta elaboração de certidões, com atenção ao teor, evitando situações como a verificada nos processos 0000284-04.2014.5.04.0641 e 0000767-34.2014.5.04.0641, analisado no item 8.1;
- d) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- e) observe o disposto no art. 93 da CPCR, em relação à assinatura das atas de audiência pelos Secretários de Audiências;
- f) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;





- g) movimento os processos 0000064-74.2012.5.04.0641, 0000638-97.2012.5.04.0641, 0000152-78.2013.5.04.0641 e 0000391-82.2013.5.04.0641, analisados no item 8.1.

## 8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **693 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados (processos nº 0000641-86.2011.5.04.0641, nº 0000884-04.2014.5.04.0551);
- b) tome as providências necessárias para regularizar a situação dos processos suspensos/sobrestados em que foram expedidos alvarás (processos nº 0000081-13.2012.5.04.0641, nº 0000061-22.2012.5.04.0641, nº 0000158-22.2012.5.04.0641);
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0040800-33.1995.5.04.0641, nº 0000205-59.2013.5.04.0641, nº 0000001-44.2015.5.04.0641);
- d) devolva Cartas Precatórias (processos nº 0001086-70.2012.5.04.0641, nº 0000202-07.2013.5.04.0641, nº 0000856-91.2013.5.04.0641);
- e) registre no INFOR as execuções reunidas ou suspensão de processos (processos nº 0103000-56.2007.5.04.0641, nº 0000082-66.2010.5.04.0641, nº 0000796-55.2012.5.04.0641);
- e) verifique as petições aguardando apreciação pelo Juízo (processos nº 0000056-97.2012.5.04.0641, nº 0000060-37.2012.5.04.0641, nº 0000597-33.2012.5.04.0641).

## 14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de Três Passos, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Compareceram os advogados José Orlando Schäfer, Secretário da Seccional da OAB local, e Dênis Nunes; ambos teceram elogios ao bom atendimento e trabalho realizado pelo Juiz Titular e por toda a equipe de servidores da Vara.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

## **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Ivanildo Vian, pelo Diretor de Secretaria, Irio Moresco, e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck**

**Corregedora Regional**